

Rev. 15-Janeiro-2008

A Contribuição do Quadro Integrado na Transformação Económica de Cabo Verde

[ESBOÇO]

NOTA DE OBSERVAÇÃO
Para o
ESTUDO DIAGNÓSTICO DA INTEGRAÇÃO
COMERCIAL

A Contribuição do Quadro Integrado na Transformação Económica de Cabo Verde

ÍNDICE

I. Introdução	4
II. Situação Económica e Social.....	5
II.1. Contexto Político	5
II.2. Posição Geopolítica	5
II.3. Situação Macroeconómica e Social.....	5
II.4. Estratégias e Planos Nacionais.....	6
III. Rendimento do Sector Externo, Políticas e Instituições.....	8
III.1. Balança de Pagamentos	9
III.2. Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).....	9
III.3. Remessas dos Emigrantes (RE).....	9
III.4. Investimento Estrangeiro.....	9
III.5. Comércio de Serviços	10
III.6. Exportação de Mercadorias	10
III.7. Políticas Comerciais	10
III.8. Instituições ligadas as relações económicas internacionais	13
IV. Principais sectores ligados as relações económicas internacionais.....	14
IV.1. Turismo: A espinha dorsal da economia.....	16
IV.2. Recursos Marinhos, a Zona Económica Exclusiva (ZEE) e o Centro Regional de Pescas	17
IV.3. O Conceito de Porta de Entrada/ <i>Gateway</i> , Hubs, Transporte Marítimo de Passageiros e Carga, Reexportações.....	19
IV.4. Serviços <i>Offshore</i> , IT e <i>Business Processing Outsourcing</i>	20
IV.5. A diáspora, as remessas e o trabalho no estrangeiro.....	21
IV.6. A agricultura e a indústria?	23
V. Questões Transversais e Obstáculos no Alcance da Competitividade	25
V.1. O EDIC e a Redução da Pobreza.....	26
V.2. A Implementação do QI.....	27
V.3. Anexos a Nota de Observação.....	28
V.3.1. Organização Institucional do QI.....	28
V.3.2 Esboço de Calendário para o EDIC em Cabo Verde.....	29

Lista de Abreviações

ACIAB	Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Barlavento
ACS	Associação Comercial de Sotavento de Cabo Verde
AGOA	American Growth and Opportunity Act
APD/ODA	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APE/EPA	Acordo de Parceria Económica
ASYCUDA	Sistema Automatizado de Informação dos Serviços Aduaneiros
ACVPI	Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos
BCV	Banco de Cabo Verde
BPO	Business Processing Outsourcing
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CILSS	Comité Inter-estado para a Luta contra a Desertificação
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CVT	Cabo Verde Telecom
DC/CP	Documento de Conceptualização
DERP/PRSP	Documento de Estratégia de Redução da Pobreza
ECRP/GPRS	Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza
EDIC	Estudo Diagnostico de Integração Comercial
ETE/ETS	Estratégia de Transformação Económica
FMI/IMF	Fundo Monetário Internacional
GAT	Grupo de Apoio a Transição (<i>Forum, entre os doadores e o Governo, de acompanhamento a transição suave do grupo de PMA</i>)
GATS	General Agreements on Trade and Services
CICTA/ICCAT	Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídios do Atlântico
IED/FDI	Investimento Estrangeiro Directo
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
ITES	Information Technology Enabled Services
IVA/VAT	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCOA/AGOA	Lei de Crescimento e Oportunidade para África, dos EUA
MAAP	Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas
MCA	Millennium Challenge Account
MCS	Monitoring, Control and Surveillance
MECC	Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade
NO/CN	Nota de Observação
ODM/MDGs	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB/GDP	Produto Interno Bruto
PMA/LDCs	Países Menos Avançados
PSI	Policy Support Instrument
PTI	Portugal Telecom Internacional
QI/IF	Quadro Integrado de Assistência Técnica ao Comercio para os Países Menos Avançados
TEC/CET	Tarifa Externa Comum
UA	União Africana
UNOTUR	União Nacional dos Operadores Turísticos de Cabo Verde
ZEE/EEZ	Zona Económica Exclusiva

I. INTRODUÇÃO

1. Cabo Verde solicitou a sua participação no Quadro Integrado (QI)¹ para a Assistência Técnica ao Comércio para os Países Menos Avançados (PMAs), antes de abandonar a categoria de PMA em Janeiro de 2008. O pedido foi aceite. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi designado agência-líder e em seguida, o Governo e o PNUD assinaram um *aide-mémoire* em 25 de Setembro de 2007, para o lançamento do QI. O Estudo Diagnóstico de Integração Comercial (EDIC) é a primeira etapa importante deste processo.

2. **Objectivos do EDIC.** Os objectivos do EDIC em Cabo Verde são os seguintes: (i) compreender melhor o ambiente macroeconómica e os desafios do país face a integração na economia internacional; (ii) analisar o rendimento do comércio de bens e serviços, assim como formular e implementar políticas comerciais e de relações económicas internacionais; (iii) avaliar o ambiente de investimento, os custos dos factores de produção e a competitividade da economia; (iv) identificar as oportunidades de comércio nos sectores chaves; (v) avaliar a capacidade institucional existente, rever a necessidade de reforça-la e de levar a cabo novas reformas.

3. O EDIC prestará uma atenção particular na inclusão das suas recomendações na nova Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (ECRP II) para o período 2008-2011, cuja conclusão está prevista para Fevereiro de 2008. Ele vai apoiar-se e tirar proveito da extensa literatura e informação disponíveis e não duplicará estudos já existentes. Também recomendará um programa prático de capacitação. Este programa, por sua vez, tomará em conta a capacidade de implementação do país, que deve levar a cabo simultaneamente uma série de reformas profundas num contexto de mudança rápida da economia internacional e do cenário geopolítico. Em algumas áreas, dados estatísticos inadequados ou a falta dados constitui um entrave.

4. **Como o QI beneficia o pobre.** O desenvolvimento do comércio e dos intercâmbios internacionais não é um fim em si. O objectivo fundamental é atingir um desenvolvimento humano sustentável e a erradicação da pobreza no país. Neste âmbito, a missão do QI é de apoiar globalmente os esforços visando o alcance destes objectivos. Em concordância com a metodologia da ECRP (2004-2007) e sobretudo a da próxima ECRP II, o EDIC propõe estratégias e medidas concretas que promovem o crescimento, movido pelos sectores externos. Por sua vez, o crescimento aumentará o rendimento das famílias, tenderá a criar emprego, ao mesmo tempo permitindo aumentar os recursos disponíveis ao governo para levar a cabo os programas sociais e de redistribuição dos benéficos do crescimento. Contudo, porque nem todo crescimento resulta automaticamente no aumento de emprego e redução da pobreza, o EDIC vai prestar uma atenção especial de formas a garantir que o programa e as políticas propostas tenham o maior impacto sobre o perfil do género e da pobreza no país. Em particular, o programa proposto pelo EDIC terá sempre presente a necessidade de capacitar os grupos mais desfavorecidos a participarem, de maneira eficaz, na actividade económica para que eles se tornem “produtores” de bens e serviços.

Como requisito do QI, uma Nota de Observação precede o EDIC. A nota tem como objectivo elaborar a agenda e definir os principais assuntos de abordagem do EDIC e dos seus programas subsequentes.

¹ Para mais informações sobre o Quadro Integrado visite: www.integratedframework.org.

II. SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL

II.1. CONTEXTO POLÍTICO

5. Após a sua independência do regime Português em 1975, houve uma tentativa de se criar uma nação unificada entre Cabo Verde e Guiné Bissau, mas em 1980 abandonou-se esta ideia. Desde 1990, Cabo Verde tornou-se numa democracia parlamentar, com dois grandes partidos competindo para o poder por vias eleitorais. As últimas eleições foram realizadas em 2006. Cabo Verde é geralmente reconhecido pela sua boa prestação em termos de direitos humanos e um baixo nível de corrupção.

II.2. POSIÇÃO GEOPOLÍTICA

6. O posicionamento Geopolítico de Cabo Verde até o fim de 2007 é complexo, multifacetado e em constante evolução. O Primeiro-ministro exprimiu-o nestes termos: “Cabo Verde foi sempre a porta de entrada para as Américas, a África e a Europa. Neste momento estamos a trabalhar numa parceria especial com a União Europeia.² Também estamos a trabalhar numa parceria estratégica com os Estados Unidos... Queremos dar uma grande contribuição ao desenvolvimento do corredor Atlântico, dando ao empresariado, as condições necessárias para a utilização de Cabo Verde como uma plataforma para os continentes.”

7. A muitos anos, Cabo verde tem estado a cooperar com as Ilhas Canárias (Espanha) e as Ilhas da Madeira e dos Açores (Portugal). Em conjunto, estes quatro arquipélagos formam a Macaronésia. Paralelamente, Cabo Verde é membro da União Africana (UA), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comité Inter-estado para a Luta contra a Desertificação (CILSS), organizações de cooperação da lusofonia: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), assim como da Organização Internacional da Francofonia. Em 2007, em viagens separadas, o Presidente da República e o Primeiro-ministro, assim como vários outros ministros, visitaram a República da China num esforço de diversificação das redes estratégicas.

8. **Questões-chave e implicações para o EDIC**

- O EDIC deve ser norteado por duas dimensões da estratégia geopolítica do governo: o comércio e as relações económicas internacionais, a medida que se materializam

II.3. SITUAÇÃO MACROECONÓMICA E SOCIAL³

9. Cabo Verde conheceu um crescimento económico robusto nos últimos anos. O Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento médio de 5.7 por cento no período 2000-2005, atingindo 10.7 por cento em 2006 e para 2007 as projecções indicam para um crescimento de cerca de 7 por cento. Isto permitiu uma melhoria significativa da média do nível de vida. Ao mesmo tempo, a inflação manteve-se sempre abaixo dos 2 por cento por ano no período 2002-2005, (embora, excepcionalmente, tenha dado um salto temporário em 2006). O défice corrente externo diminuiu substancialmente, de 11 por cento do PIB em 2002 a 2.6 por cento em 2005 (5.1 por cento em 2006). A dívida externa (48.9 por cento em 2005 e 45 por cento em 2006) é considerada sustentável.

² O Acordo de “Parceria Especial” entre Cabo Verde e a União Europeia será concluída em Outubro de 2007. O Primeiro-ministro participou da reunião das regiões ultra-periféricas da Europa, realizada na Madeira de 4 a 5 de Outubro de 2007.

³ Baseia-se no *IMF Country Report No 07-223*, de Junho de 2007, EIU, Concept paper, BCV, INE.

10. Cabo Verde não está entre os países que necessitam de ajuda financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI). Porém, Cabo Verde solicitou voluntariamente o conselho, a supervisão e o endosso das suas políticas através do programa *Policy Support Instrument (PSI)* por 3 anos (2006-2009). A avaliação efectuada pelo FMI (2007) indica que o rendimento fiscal em 2006 foi forte, com um défice fiscal de 3.8 por cento (muito abaixo das metas de vulnerabilidade acordadas). O reforço na administração de impostos contribuiu a granjear receitas superiores aos valores projectados.⁴ Nota-se que Cabo Verde possui um sistema de protecção social, a longos anos, que inclui o sistema não-contributivo destinado a satisfazer as necessidades básicas dos mais pobres e das camadas mais vulneráveis da população.

11. Cabo Verde poderá alcançar a maior parte dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs) antes de 2015. De facto, alguns dos MDGs já foram alcançados. As avaliações em curso dão conta da melhoria contínua de todos os indicadores sociais e que em 2007 a pobreza poderá diminuir substancialmente com relação a 2001, em que o nível atingido foi 37 por cento. As estimativas indicam que mantendo-se o actual ritmo robusto de crescimento do PIB, em 2015 a pobreza poderá diminuir de metade do seu nível de 1990. Este progresso sustentado durante anos, no que diz respeito aos indicadores económicos e sociais, levou a graduação de Cabo Verde do grupo de PMAs, com efeito em 2008.

12. Não obstante os aumentos significativos do rendimento médio nos últimos anos, a pobreza continua sendo um problema para algumas camadas vulneráveis específicas da população. O fraco ritmo de criação de emprego e a elevada taxa de desemprego na camada juvenil e nas mulheres torna o problema mais grave nestas camadas da população. Embora a taxa de desemprego tenha baixado, dos 25 por cento em 1990, mantém-se a cerca de 18 por cento em 2007. Nas zonas rurais, o baixo nível de qualificação e a falta de acesso ao crédito bancário diminui a capacidade das populações em investir e financiar projectos viáveis que aumentem os seus rendimentos e salários. Para os mais pobres, o sustento muitas vezes depende do sistema não-contributivo do sistema de protecção social, assim como as remessas dos emigrantes.

13. Enquanto o país continua a registar progresso em várias frentes, Cabo Verde continua vulnerável e exposto a choques externos. Os principais aspectos da sua vulnerabilidade são os seguintes: (a) uma pequena economia e não diversificada, com elevado grau de dependência da APD e das remessas dos emigrantes; (b) vulnerabilidade do meio ambiente, com chuvas irregulares e limitadas, conducentes a um alto défice alimentar estrutural e dependência nas importações; (c) Falta de recursos naturais; (d) fragmentação territorial que se traduz em várias ilhas, a maioria das quais apresenta um relevo acidentado, que implicam altos custos de infra-estruturas; (e) a vulnerabilidade emergente do narcotráfico e o tráfico ilícito de drogas, espalhado pelo arquipélago com uma vasta zona económica exclusiva. Este último aspecto veio a superfície e juntamente com a ideia de “lugar de transição/*stepping stone*” para a imigração ilegal, parece ser uma das principais motivações por detrás do Acordo de Parceria Especial com a UE.

II.4. ESTRATÉGIAS E PLANOS NACIONAIS

14. Cabo Verde tem elaborado planos nacionais de desenvolvimento desde 1982. As tentativas de desenvolvimento baseado em substituição de importações não deram frutos e desde 1986 foi declarada a intenção de “uma melhor inserção na divisão internacional do trabalho.” O novo governo, eleito em 2001, embarcou numa serie de reflexões estratégicas

⁴ Todavia, alguns problemas ainda persistem no que diz respeito aos pagamentos em atraso/*arrears* em benefício da empresa de eletricidade, Electra, assim como empréstimos domésticos superiores aos projectados.

com o intuito de elaborar uma agenda nacional para a transformação económica e redução da pobreza no país. O documento “Grandes Opções do Plano” foi aprovado pelo parlamento em princípios de 2002. Isto foi seguido da Estratégia de Transformação Económica (ETE), formulada entre 2002 e 2003. Esta ETE foi amplamente discutida a nível nacional e validada no “Fórum para a construção dum consenso nacional para a transformação de Cabo Verde” entre 9 e 11 de Abril de 2003. Como parte dos esforços para a elaboração das “Grandes Opções do Plano”, o governo levou a cabo a preparação do Documento Estratégico de Redução da Pobreza (DERP) / *interim Poverty Reduction Strategy Paper (iPRSP)* para 2002-2004, seguido da preparação da Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (ECRP). A ECRP cobre o período 2004-2007. Este documento coloca a ênfase no aumento da capacidade do pobre em melhorar os seus rendimentos e focaliza num crescimento económico que venha reduzir a pobreza num futuro próximo e criar uma economia auto-sustentável com uma base produtiva alargada.

15. O mesmo partido político obteve a maioria nas eleições gerais de 2006, em parte, na base duma plataforma de transformação económica. A ECRP II, que cobre o período 2008-2011, está em fase de preparação e deve estar concluída em Fevereiro de 2008. Em preparação para a ECRP, o Governo elaborou um Documento de Conceptualização (DC)⁵ bem focalizado, que passa em revista a experiência da ECRP e proporciona uma agenda para os principais eixos do ECRP II. Numa avaliação preliminar da ECRP, a Nota de Observação considera que “a nação podia ter progredido mais, principalmente no que diz respeito a criação de emprego e redução da pobreza, se a ECRP tivesse sido melhor alinhada a Estratégia de Transformação Económica (ETE)...” A nota acrescenta que “Para Cabo Verde, o caminho adiante é a ETE. Ela estabelece uma visão para a transformação económica, define os sectores-chave que servirão de suporte e dá detalhes específicos sobre as metodologias.” Neste momento, a ETE e a provável ECRP II, estreitamente alinhadas, poderão ser vistas como as principais estruturas de apoio as políticas sociais e económicas do governo.

16. Tradicionalmente, Cabo Verde sempre manteve um diálogo próximo com os seus parceiros de desenvolvimento. Em 2003 foi organizada uma Mesa Redonda, que sortiu efeitos positivos, incluindo o endosso da modalidade de apoio ao orçamento. Com o abandono eminente do estatuto de PMA e o receio duma queda potencial da APD, o Governo e os seus parceiros de desenvolvimento elaboraram uma estratégia com vista a uma transição suave. Além de mais, eles criaram um Grupo de Apoio a Transição (GAT) que engloba o Governo, os parceiros bilaterais e multilaterais. Este grupo foi criado em 2006 no quadro do “como gerir juntos a graduação de Cabo Verde” - “*Comment Gérer ensemble la Graduation du Cap Vert.*” Trata-se do primeiro exemplo de um processo deste tipo a nível mundial. A última declaração solene do GAT⁶ é um documento estratégico, que exprime a visão e os compromissos partilhados pelo Governo e os seus parceiros de desenvolvimento. O documento reafirma o apoio dos doadores e endossa explicitamente as actuais políticas, em concordância com a ETE e a metodologia do Documento de Conceptualização para a ECRP II. O Instrumento de Apoio as Políticas ou *Policy Support Instrument (PSI)* com o FMI para (2006-2009) serve de garantia a todos os parceiros, visto que o seu objectivo é de reduzir os riscos macroeconómicos, proporcionar uma margem de segurança contra os choques, e preparar o país para uma possível redução, a longo prazo, no acesso ao financiamento externo privilegiado.

17. Uma dimensão importante que não tem sido suficientemente abordada ou aprofundada em nenhum dos quadros estratégicos do governo (ou relatórios de consultores) disponíveis actualmente é o horizonte temporal ou o tempo necessário para que Cabo Verde

⁵ Em Preparação da ECRP II para Cabo Verde, Documento de Conceptualização, 16 de Abril de 2007.

⁶ Declaração sobre a saída efectiva e durável de Cabo Verde, 12 Junho 2007.

atinga a transformação estratégica desejada. Fora do turismo, cuja evolução é bastante positiva, o desenvolvimento dos outros sectores referidos na ETE levará tempo, mesmo em condições favoráveis. Obviamente, é inevitável um “período de transição” durante o qual o país continuará a depender das tradicionais fontes de receitas, tais como a APD, remessas dos imigrantes e talvez a continuação da imigração. Não existem, de momento, projecções quantificáveis sobre quando Cabo Verde poderá tornar-se numa “economia de serviços, competitiva”, apenas existem algumas intuições sobre como o país poderá beneficiar de uma tal economia e quais seriam os cenários alternativos.

18. Questões-chave e implicações para o EDIC.

- O EDIC basear-se-á nas estratégias e planos do governo acima referidos. Não serão poupados esforços para garantir que o conteúdo substantivo e o formato do EDIC sejam coerentes com a ECRP II. A integração do QI na ECRP II representa certamente um desafio, na medida em que o processo da ECRP II será concluído antes que a missão do EDIC se realize.
- O EDIC tomará em consideração o facto que a estratégia de transformação levará tempo a ser implementada. Vistos os constrangimentos físicos e institucionais a que o país faz face, o EDIC incluirá algumas medidas de transição e interinas usando a capacidade existente, ao mesmo tempo que propõe medidas de reforço da capacidade que darão frutos a longo prazo.
- O EDIC vai rever o processo de tomada de decisões económicas a nível nacional, com vista a alcançar uma maior coerência entre as diferentes iniciativas e estratégias.

III. RENDIMENTO DO SECTOR EXTERNO, POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES

19. Alguns dos principais elementos do sector externo expressos em percentagem do PIB estão presentes na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1. Alguns elementos do Sector Externo como % do PIB, 2005-2006

	2005	2006
APD	10.2+	9.6
Remessas dos Emigrantes	12.9*	11.0*
Receitas do Turismo	11.8	18.3
Exportações de Mercadorias Domésticas	1.7	1.7
Reexportações	6.6	5.1
Investimento Estrangeiro Directo	7.3	10.7
Importações de Bens	42.6	46.8
Importações de Bens e serviços	61.5	67.7
Exportações de Bens e Serviços	36.1	42.5
Dívida Externa	48.9	45.0

Fonte: BCV, INE,

+ O relatório da OECD, *Development Cooperation Report 2006*, aponta para um número mais elevado. (Nota 8)

* Dados revistos do BCV (Banco de Cabo Verde), Boletim de Estatísticas, 2º trimestre 2007

III.1. BALANÇA DE PAGAMENTOS

20. As exportações de bens (incluindo as re-exportações) cobriram cerca 17 por cento da importação de mercadorias em 2006. Porém, a balança de serviços regista um balanço positivo crescente, devido aos aumentos das receitas do turismo. As contribuições da APD, das transferências individuais e recentemente o Investimento Estrangeiro Directo (IED) resultaram num equilíbrio global satisfatório. Para 2006-2007, as reservas internacionais correspondem a 3 meses de importações de bens e serviços e a convertibilidade com o euro mantém-se.

III.2. AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO (APD)

21. Segundo fontes nacionais, a APD em dólares correntes, flutuou em torno duma média ligeiramente inferior a US\$90 milhões durante o período 1990-2005. A APD, expressa em percentagem do PIB, atingiu cerca de 11 por cento em princípios dos anos 2000. Em 2006 baixou para 9.9 por cento, significativamente inferior aos 22 por cento registados na década de 90.⁷ Em 2006, a ajuda distribuía-se entre 55 por cento bilateral e 45 por cento multilateral. Com o aproximar da graduação, alguns doadores reduziram os seus programas, a maioria manteve-os e alguns até aumentaram a sua cooperação.

III.3. REMESSAS DOS EMIGRANTES (RE)

22. As RE em conjunto com a APD tradicionalmente têm sido as duas maiores fontes de financiamento da economia desde a independência. Durante o período 2000-2006 as RE mantiveram-se relativamente estáveis e ligeiramente acima de USD 130 milhões por ano, o que representava 11 por cento de PIB em 2006.

23. As RE contribuem para o equilíbrio da balança de pagamentos, assim como para a melhoria do nível de vida das famílias beneficiadas. De regresso a Cabo Verde, os emigrantes geralmente investem as suas poupanças. Estes investimentos são dirigidos sobretudo aos sectores da construção civil, dos transportes e do turismo, pelo que se reveste de grande importância na utilização da mão-de-obra, sobretudo nas regiões rurais das ilhas de Santiago, Santo Antão e Fogo.⁸

24. Finalmente, os depósitos bancários dos emigrantes, que representam 40 por cento do total dos depósitos bancários, têm um peso significativo nas reservas externas/divisas do país.

III.4. INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

25. O IED conheceu um aumento espectacular nos últimos anos. O *stock* do investimento estrangeiro, que no período 2000-2003 era inferior a USD 50 milhões, atingiu USD 250 milhões em 2005 e USD 323.5 milhões em 2006. Cerca de 95 por cento deste investimento está ligado ao turismo, embora os dados parciais para 2007 indiquem alguma diversificação, particularmente para os serviços financeiros.

⁷ Todavia, o relatório da OECD, *Development Cooperation Report* aponta para um aumento da APD para Cabo Verde, de USD 77 milhões em 2001 para USD 143 milhões em 2003 e USD 161 milhões em 2005, o que representa um aumento de 17,05 por cento 2005 com relação a 2001.

⁸ Para mais detalhes sobre o inquérito consulte Yves Bourdet e Hans Falk, *Emigrant Remittances and Dutch Disease in Cape Verde*, 2006.

III.5. COMÉRCIO DE SERVIÇOS

26. Mais de 75 por cento das exportações de Cabo Verde são (exportações) de serviços. Elas conheceram um aumento significativo desde 2001, devido ao arranque do sector turístico. Para além do turismo, que representa três quartos do total das exportações, os principais serviços exportados estão ligados ao transporte internacional, que inclui o controlo do tráfico aéreo.

III.6. EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS

27. Em comparação com as exportações de serviços (também as remessas dos emigrante e a ajuda estrangeira) as exportações de mercadorias em Cabo Verde têm um papel muito limitado, (Tabela 1). A exportação de mercadorias, mesmo incluindo o elevado valor das reexportações, cobre menos de 20 por cento do valor das suas importações.

28. **Re-exportações.** A componente principal das exportações são as reexportações, cujo montante representa dois terços do total⁹. Elas constituem-se principalmente os derivados do petróleo destinados a aviões e navios nos seus aeroportos e portos. Desde 2006, esta componente tem estado a diminuir significativamente devido a cessação do grosso das actividades, no contexto da plataforma internacional/*hub*, da companhia aérea sul-africana, *South African Airways*, no aeroporto de Sal.

29. **Exportações de mercadorias domésticas.** As exportações tradicionais como a banana, e o sal cessaram. Actualmente os principais produtos exportados são: produtos pesqueiros (frescos e enlatados), têxtil/roupas e calçados. O rendimento tem sido medíocre e irregular. A não conformidade com os padrões de qualidade, Sanitários e Fitossanitários (SPS), muitas vezes tem sido um problema.

30. **Orientação do comércio.** A UE é o seu principal parceiro comercial e destino de cerca de 80 por cento das suas exportações de mercadorias. As exportações para os EUA, sobretudo no quadro do programa AGOA, que atingiram cerca de 20 por cento em 2004, registaram uma queda significativa ao atingir 1.4 por cento em 2006. A UE é também a maior fonte de importações para Cabo Verde, representando mais de 60 por cento, sendo os EUA e o Brasil outras fontes importantes. Por outro lado, o comércio de mercadorias com os parceiros da CEDEAO é bastante limitado (atingindo em média menos de 2 por cento das importações ou exportações).

III.7. POLÍTICAS COMERCIAIS

31. **Taxa de câmbio.** Na base do acordo assinado com Portugal em 1998, o escudo Cabo-verdiano tornou-se convertível ao escudo Português num regime de câmbio baseado no peg fixo. Com o advento do euro em 2000, o escudo Cabo-verdiano, pelo mesmo regime, passou a ser convertível ao euro. Esta medida impossibilita o uso da taxa de juro como medida de políticas comerciais e económicas. Todavia, ela comporta grandes vantagens em termos de estabilidade macroeconómica, permitindo o controlo do défice orçamental e da inflação. A estabilidade e confiança na moeda são factores importantes, particularmente em assegurar os depósitos bancários dos emigrantes. Cabo Verde não prevê mudanças no seu regime cambial.

⁹ Contudo, o valor acrescido no país e apenas uma fracção dos dados brutos publicados nas estatísticas.

32. **Ascensão a OMC.** As negociações com vista a ascensão de Cabo Verde a Organização Mundial do Comércio (OMC) iniciaram em 2000. Durante este processo, a delegação Cabo-verdiana deparou-se com negociações prolongadas, exercendo uma pressão excessiva sobre a sua capacidade, já limitada, de negociação. Cabo Verde tem-se mostrado bastante interessado em tornar-se membro integral da Comunidade do Comércio Internacional mesmo ainda enquanto PMA. No dia 18 de Dezembro, o Conselho Geral da OMC aprovou a candidatura de Cabo Verde como o 152º membro desta organização. Cabo Verde ainda fica por rectificar o pacote da ascensão (*WT/ACC/CPV/30 e os seus Addenda*) que define certos ajustes necessários ao regime comercial do país.

33. **Acordo de Parceria Económica (APE) com a União Europeia.** Cabo Verde prevê assinar o APE com a UE –seu maior parceiro comercial- como parte da configuração da CEDEAO, da qual é membro. Porém, é pouco provável que muitos APEs, envolvendo vários sub-grupos do Grupo de Estados da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), sejam assinados na data estipulada de 31 de Dezembro 2007. Em Outubro de 2007, a CEDEAO rejeitou uma proposta da UE visando a assinatura de um acordo “simplificado” para o fim do corrente ano e solicitou um novo prazo além de 31 de Dezembro 2007. Além disso, tendo em conta as suas especificidades, a única ilha/arquipélago no seio da CEDEAO, Cabo Verde tem-se mostrado reticente em fazer parte de um APE em conjunto com a CEDEAO. Todavia, é pouco provável que Cabo Verde possa assinar separadamente um APE e se isto acontecesse, a questão era quando e qual seria o conteúdo substancial. O acordo de “parceria especial”, assinado entre Cabo Verde e a UE em Novembro de 2007, não é um substituto do APE.

34. **AGOA.** Cabo Verde é um dos beneficiários da Lei de Crescimento e Oportunidade para a África, dos EUA, do seu acrónimo Inglês (*AGOA - American Growth and Opportunity Act*) e de vários outros programas como o Sistema Generalizado de Preferências (GPS). No quadro da AGOA, as exportações Cabo-verdianas inicialmente bastante promissoras, decaíram significativamente em 2006, alegadamente devido a dificuldades em alcançar os padrões de qualidade.

35. **Tarifas.** Os impostos de importação de Cabo Verde, em 2006 representaram 19.7 por cento das receitas do governo em conta corrente, registando uma ligeira queda com relação a 2004 em que atingiu 20.6 por cento (comparando com 28 por cento do imposto sobre o rendimento); enquanto o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), introduzido em 2004, aumentou de 30 por cento a 34 por cento entre 2004 e 2006. O principal objectivo das tarifas tem sido, aumentar as receitas do estado e a protecção da indústria doméstica que já sendo pequena, vai diminuindo com o tempo.

36. As políticas tarifárias de Cabo Verde atravessam um período de mudanças, em parte devido ao processo de negociações com vista a sua ascensão a OMC. A implementação do novo código aduaneiro, baseado num sistema harmonizado, está prevista para fins de 2007. Um plano de acção para a implementação da Avaliação dos Serviços Aduaneiros será submetido a OMC. Os termos da ascensão a OMC não foram analisados. Poderá haver algumas medidas (tarifárias e não-tarifárias) que restem para proteger a indústria local. A provável assinatura de um APE com a UE, conjuntamente com a CEDEAO ou separadamente, abarcará quase certamente a liberalização “significativa do comércio no seu todo.” Contudo, ainda desconhecem-se as implicações, se estas existem, do acordo de “parceria especial” recentemente assinado entre Cabo Verde e a UE. As autoridades Cabo-verdianas, com a assistência técnica do FMI, planeiam limitar os incentivos fiscais -na sua maioria isenções de impostos de importação- ao mesmo tempo que se reforma o código fiscal. Finalmente, sob iniciativa da CEDEAO está sendo levado a cabo um estudo

abrangente sobre as implicações, para Cabo Verde, da aplicação da Tarifa Externa Comum (TEC) da CEDEAO.¹⁰

37. **Mau Comércio.** É um paradoxo de Cabo Verde em que enquanto o país, face a enormes dificuldades, procura desenvolver o seu comércio e tornar-se num plataforma internacional/*hub*; contra a sua vontade, o país vem se tornando num centro de tráfico de drogas. Esta tem sido uma preocupação, cada vez mais importante, de Cabo Verde (assim como da África Ocidental em geral) e se nada for feito poderá produzir o mesmo efeito corrosivo observado nas Caraíbas, afectando deste modo toda a estrutura social, incluindo a possibilidade de corromper o processo político e de governação. A abordagem deste problema é uma das principais motivações por detrás da parceria especial com a UE. Cabo Verde, de momento, não tem condições de patrulhar a sua costa marítima ou as suas águas territoriais.

38. **Elementos-chave da política comercial e implicações para o EDIC**

- O EDIC dirigir-se a um alvo em constante movimento, dado que vários aspectos importantes da política comercial e várias reformas têm estado a acontecer desde fins de 2007 que continuam em 2008 (a ascensão a OMC, o APE, o Plano de Acção do Acordo Especial de Parceria com a UE, a relação com a CEDEAO, as mudanças no Código Aduaneiro, a revisão das isenções de importação, a possível perda de de tratamentos preferenciais ligados ao estatuto de PMA). Por conseguinte, poderá ser difícil fazer com que a revisão¹¹ do EDIC de meados de 2008 apresente propostas concretas em algumas áreas, num momento em que a situação geopolítica vai evoluindo e as implicações dos recentes acordos não estão completamente clarificadas. Contudo o EDIC vai:
- Propor medidas para reforçar a capacidade de Cabo Verde a formular política comercial, negociar acordos comerciais e implementa-los, assim como tirar partido dos esquemas de acesso preferenciais a mercados. Tendo em conta a ascensão a OMC (e a provável assinatura de um APE com a UE), o EDIC apresentará propostas para assistência técnica necessária para garantir a conformidade dos requisitos.
- Rever a evolução da Taxa de Câmbio Efectiva e as suas implicações no que concerne a competitividade da economia.¹²
- Tomar em consideração a conveniência de uma lista de produtos sensíveis, podendo estar sujeitos a alguma protecção e salvaguarda (sobretudo no que diz respeito ao comércio com a UE).
- Delinear os prós e os contras de um eventual APE com a UE (e as suas implicações, se estiver já assinado), as TEC da CEDEAO e outras alternativas potenciais.

¹⁰ As relações com a CEDEAO complicaram-se ainda mais devido um problema que se vem agravando em que os cidadãos da CEDAO permanecem em Cabo Verde mesmo depois de os seus vistos terem vencido, o que levou o Governo a manifestar a sua intenção em “re-discutir”, pelo menos este aspecto da sua participação na CEDAO.

¹¹ O EDIC pode ser visto como um documento em evolução que deve ser actualizado regularmente e consequentemente deve levar em conta os elementos mais recentes na política commercial de Cabo Verde.

¹² A credibilidade do presente regime cambial está descrita no artigo publicado por Macedo, Jorge Braga de & Pereira, Luis Brites, "The Credibility of Cabo Verde's Currency Peg" FEUNL Working Paper Series 494, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Economia (2006). Alternativas são apresnetadas por Weber, R, "*Cape Verde's exchange rate policy and its alternatives*," *BCL working papers cahier etude*16, Banco Central do Luxembourg R. (2005).

- Tomará em consideração as implicações, do ponto de vista fiscal, das políticas comerciais alternativas. Vai ainda procurar avaliar o resultado (ou provável resultado) do APE derivado da ascensão a OMC e de qualquer perda de tratamento preferencial ligado a sua graduação do estatuto de PMA. Se eventualidade determinar-se que o nível da função de protecção dos direitos aduaneiros (impostos de importação) restantes é negligenciável, o EDIC poderá recomendar como opção a explorar (entre muitas), a viabilidade da remoção completa (ou quase completa) dos direitos aduaneiros e substituí-los por impostos internos “equivalentes” (IVA, impostos de venda, impostos de importação).¹³ Estes impostos serão assim planeados de formas a manterem-se as receitas fiscais, ao mesmo tempo que se têm em conta as implicações sobre a distribuição de rendimento e o género, de uma mudança na política fiscal.
- Abordar a questão do controlo do tráfico ilícito de drogas

III.8. INSTITUIÇÕES LIGADAS AS RELAÇÕES ECONÓMICAS INTERNACIONAIS

39. **Governo.** Os principais ministérios ligados ao comércio e as relações económicas internacionais são:

- Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade (MECC), que abrange o Comércio, a Indústria, a Energia, o Turismo e o desenvolvimento empresarial. O ministério possui recursos limitados face ao seu vasto mandato. Contudo, ele vem sendo reestruturado com o objectivo de torná-lo numa entidade mais dinâmica.
- Ministério das Finanças e Administração Pública. Este ministério tem a responsabilidade geral da planificação e assume a liderança da ECRP.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e das Comunidades, coordena as relações com os parceiros de desenvolvimento. Também é responsável pelas relações com as comunidades no exterior. O seu Ministro encabeça o GAT.

40. Vários outros ministérios, como por exemplo aqueles que lidam com as infra-estruturas e pescas (MITP), a educação, inclusive o Ministério do Ambiente e Agricultura (MAA), também têm um papel relevante no comércio e na competitividade da economia. O gabinete do Primeiro-ministro assume globalmente um papel de liderança e coordenação. A área de tecnologias de informação (IT) depende directamente do Primeiro-ministro.

41. **Serviços Aduaneiros.** Desde 2003, os serviços aduaneiros adoptaram o Sistema Automatizado de Informação dos Serviços Aduaneiros (ASYCUDA++), um sistema computadorizado de gestão dos serviços aduaneiros. Como em muitos outros países, existem algumas reclamações sobre o que se percebe como uma lentidão e uma certa falta de transparência nos serviços aduaneiros.

42. **Banco Central de Cabo Verde.** O Banco Central exerce o habitual papel de supervisão e verificação. Também publica estudos de pesquisas e análises de boa qualidade.

¹³ Em material de princípio, impostos domésticos são preferíveis aos impostos de importação (ou frontericos) como instrumentos de angariação de receitas porque são neutros e não discriminatorios. A experiencia de outros países (tal como, Seychelles e Djibouti) que resolveram o problema da redução ou abolição dos direitos aduaneiros e substituíram-nos, em grande parte por impostos domésticos, pode ser interessante. Este cenário teria como vantagens a facilitação do comercio, garantir a satisfação dos requisitos da OMC e do APE, e também seria um sinal forte a favor do estatuto de plataforma internacional/hub que Cabo Verde ansea.

Além disso, tem sido proactivo na criação da Bolsa de Valores e no desenvolvimento do emergente sector de instituições financeiras internacionais.

43. **Organizações Empresariais.** Existem duas Câmaras de Comércio, que cobrem o Sotavento (as ilhas do sul) e Barlavento (as ilhas do norte), respectivamente. Do mesmo modo, existe a Associação Comercial de Sotavento de Cabo Verde (ACS) assim como a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Barlavento (ACIAB). Entre as poucas associações profissionais estão as Associações de Armadores da Pesca Industrial do Barlavento e Sotavento respectivamente. Recentemente foi criada uma nova associação profissional, a União Nacional dos Operadores Turísticos de Cabo Verde (UNOTUR), que já começa a ganhar influencia. A articulação e coordenação entre estas instituições não são evidentes. Reconhece-se que “o sector privado necessita ser apoiado com instrumentos inovadores de forma a poder competir no mercado global.” (CP, p. 2)

44. **Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos (ACVPI).** Trata-se de um Guiché único, cuja missão é de promover o IED e as exportações. Este Guiché está directamente subordinado ao MECC.

45. **Elementos-chave institucionais e implicações para o EDIC**

- Muitas das instituições ligadas as relações económicas internacionais não estão totalmente adequadas para enfrentar os novos desafios da Estratégia Transformação Económica e da concorrência global. Neste contexto, o EDIC pode contribuir, passando em revista a missão, o funcionamento e os recursos disponíveis das principais instituições, assim como a articulação entre elas, propondo alternativas para colmatar os problemas identificados. Também sugere uma metodologia concreta para a integração do comércio de bens e serviços no plano nacional de desenvolvimento. O mandato e as funções de cada instituição e ministério, em conjunto deverão proporcionar uma visão clara do impacto do comércio sobre o desenvolvimento nacional.
- O EDIC também abordará a questão da coordenação na relação governo/sector empresarial no tocante ao comércio e a política económica. Não obstante existir uma articulação regular, (e uma plataforma activa de Organizações Não Governamentais), considera-se que “a coordenação entre as instituições do governo, a sociedade civil e o sector privado necessita ser reforçada” (CP, p 2).

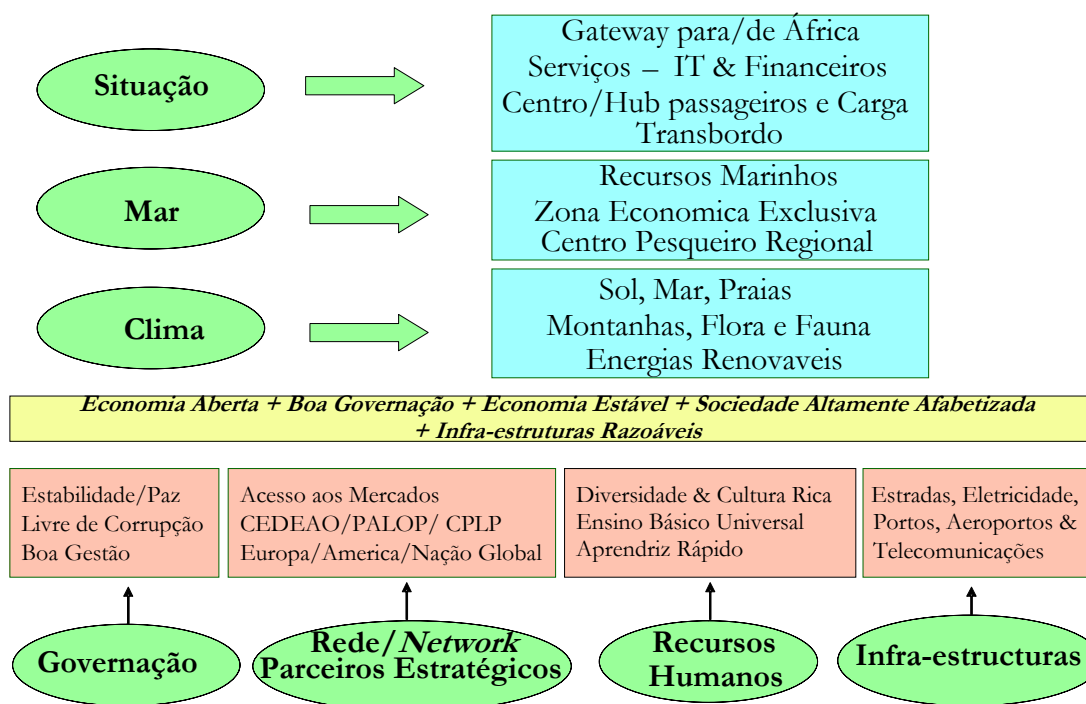
IV. PRINCIPAIS SECTORES LIGADOS AS RELAÇÕES ECONÓMICAS INTERNACIONAIS.

46. Cabo Verde tem recursos naturais bastante limitados. Não tem vantagens comparativas nem na agricultura nem na indústria transformadora, onde os custos da energia e água serão sempre factores de constrangimento. Actualmente o principal sector motor da economia é o turismo. Todavia, convém diversificar a base de exportações e protege-la tanto quanto possível dos choques externos. Os serviços não ligados ao turismo constituem uma oportunidade. Isto é algo bem entendido pelos governantes políticos nacionais, como se reflecte na ETE e se apresenta no Documento de Conceptualização do ECRP II.

47. A metodologia esperada do ECRP II pode ser ilustrada como mostra a Figura 1 abaixo (extraída do Documento de Conceptualização).

Figure 1

A transformação da economia de Cabo Verde, requer a criação de vantagens competitivas



48. Elementos-chave e implicações para o EDIC

- O EDIC seguirá (com algumas adaptações) a metodologia, a classificação sectorial e a matriz/template existentes que Cabo Verde adoptou, tal como se apresenta no Documento de Conceptualização do ECRP II. Esta metodologia, que consiste em tornar Cabo Verde numa economia competitiva de serviços, está bem articulada e é altamente relevante para a problemática de Cabo Verde e além de mais, está assente num consenso nacional alcançado no decurso do processo de validação da ETE. Continuar desta forma, também facilitará a integração das actividades do QI naquilo que provavelmente estará contido no ECRP II.
- Contudo, o EDIC tomará em consideração o facto de a ETE levará tempo a materializar-se, mesmo nos cenários mais favoráveis.
- Para cada um dos sectores abaixo identificados, especialistas nacionais e internacionais em missões de EDIC, efectuaram uma revisão dos entraves e das oportunidades e recomendarão políticas e medidas concretas para seguir-se avante, tendo sempre em mente a capacidade de implementação. Em concordância com a metodologia que se espera ser usada na ECRP II, O EDIC tomará em conta as quatro áreas de intervenção (governação, redes/*network* e parcerias estratégicas, recursos humanos e infra-estruturas) que constam na Figura 1. Destaca-se o seguinte:
- O que deve ser feito para melhorar ainda mais a governação, incluindo a cultura institucional.
- Como construir e tirar partido das redes/*network* e parcerias estratégicas de Cabo Verde.

- Como constituir os recursos humanos e capacidade tecnológica de que o país necessita. Isto requer do EDIC uma revisão das instituições de ensino e políticas existentes.
- Que infra-estruturas prioritárias são necessárias e como construí-las (o *Trust Fund* do QI em si, não poderá financiar obras de infra-estruturas. Contudo o EDIC poderá identificar áreas para financiamentos bilaterais ou outros financiamentos multilaterais).

IV.1. TURISMO: A ESPINHA DORSAL DA ECONOMIA

49. Cabo Verde está situado entre 4 e 6 horas de voo da Europa, o maior mercado mundial de potenciais turistas e de onde provem a maioria dos turistas para Cabo Verde. As suas ilhas possuem um clima agradável todo o ano e estão localizadas fora do cinturão dos furações/*hurricane belt*. Varias ilhas, particularmente Sal, Boavista e Maio, possuem praias maravilhosas de área branca e aquelas que muitos consideram ser as melhores águas do mundo para a prática do *windsurfing*. Cabo Verde tem um povo amável, um certo “*cultural appeal*”, como ponto de partida das expedições portuguesas em África, e possui uma rica herança musical.

50. O turismo que recuperou rapidamente dos efeitos do 11 de Setembro (9/11) nos EUA, hoje já ultrapassa as remessas dos emigrantes e a APD em termos de angariação de divisas (Tabela 1). Rapidamente está se tornando na espinha dorsal da economia Cabo-verdiana, com uma dimensão pluri-sectorial. Em contraste com a lentidão ou estagnação da maior parte dos outros sectores produtivos da economia, o turismo vem conhecendo uma expansão espectacular. Em 2005, Cabo Verde recebeu 235,000 turistas, o que representa 26.4 por cento mais do que em 2004. Segundo dados do BCV, em 2006 as receitas do turismo conheceram um aumento de 23 por cento com relação ao ano anterior. Consequentemente, o sector contribuiu 18 por cento do PIB, 75 por cento das exportações de serviços e constitui mais de 95 por cento do investimento estrangeiro. Um aspecto particular do desenvolvimento do turismo tem sido o investimento em bens imobiliários, sector em expansão, que está alegadamente a causar especulação de terra.

51. Segundo estimativas, até 2015 o número de turistas para Cabo Verde deve atingir cerca de 1 milhão, o sector contribuirá 30 por cento do PIB e empregará cerca de 53,000 pessoas. A criação de quadros qualificados para dar resposta a esta expansão do sector é sem dúvida um desafio. A primeira Escola de Turismo e Hotelaria do país deve abrir as portas em 2008. A recente tendência crescente no consumo de drogas, no crime urbano, na violência e na exploração sexual, constitui uma ameaça ao sector. Esta ameaça pode estar directamente ligada a dois factores: 1) uma maior utilização de Cabo Verde como base transitória para o tráfico internacional, 2) a importância crescente do turismo em si. Existem vários estudos, bons, sobre a Indústria do Turismo em Cabo Verde, feitos por consultores, actualmente em uso pelo Governo na elaboração de uma estratégia e um plano nacional, através de um extenso processo de consulta com todos actores da sociedade.

52. Elementos-chave do turismo e implicações para EDIC

- Uma grande parte do EDIC deve ser dedicada ao turismo. A estratégia será revista com base em relatórios/estudos disponíveis e o posicionamento de Cabo Verde com relação a outros destinos competitivos. A expansão do turismo já é bastante rápida e o EDIC não prevê focalizar-se em medidas para acelerar o seu desenvolvimento, com excepção de medidas que acelerem a conclusão e certificação de mais aeroportos internacionais.

- Um elemento importante é garantir vínculos entre o turismo e a agricultura, o artesanato, a transformação de produtos alimentares e outros serviços (incluindo a arte ligada ao turismo, a música e o carnaval), maximizando desta forma o impacto sobre a pobreza, particularmente nas zonas rurais, fora das principais zonas turísticas.
- A formação técnica é particularmente importante, não só para os hotéis mas também para as actividades complementares.
- As dimensões, meio ambiente e sustentabilidade, amplamente abordadas em estudos recentes serão tidas em conta, particularmente no que toca ao impacto sobre a pobreza e o género.
- O problema emergente do tráfico de drogas e a violência à si associada deve certamente ser abordado do ponto de vista do turismo, assim como do ambiente económico e da segurança de modo geral.

IV.2. RECURSOS MARINHOS, A ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA (ZEE) E O CENTRO REGIONAL DE PASCAS¹⁴

53. **Pesca.** Tradicionalmente, os recursos pesqueiros são considerados um dos (raros) recursos naturais disponíveis em Cabo Verde. Não obstante serem limitadas, as exportações baseadas em produtos pesqueiros (que resistiram ao embargo da EU no começo da década 2000, por razões de SPS) têm sido as principais exportações de mercadorias domésticas nos últimos anos. Todavia, houve uma estagnação do sector. O sector das pescas que contribuiu 2 por cento do PIB em 2000 registou uma queda e atingiu 0.8 por cento em 2006. No período 2000-2001, o sector criou emprego para cerca de 5 a 7 por cento da força de trabalho. Isto incluiu cerca de 4,300 pescadores artesanais, 2,000 pessoas em terra (das quais 75 por cento eram peixeiras). O número de empregos no sector da pesca industrial (muitas vezes periódicos) e nas fábricas de enlatamento é de menos de 800. Embora o Governo e os doadores tenham investido bastante neste sector ao longo dos anos, o resultado foi uma desilusão.¹⁵ A ECRP e o Plano de Gestão das Pescas (2004-2014) recomendaram redobrar esforços no desenvolvimento da pesca. Contudo, um estudo recente de consultores do Banco Mundial (BM) recomenda a aplicação do princípio de precaução e a redução, ou pelo menos o adiamento dos esforços no desenvolvimento da pesca, a redução gradual do financiamento nacional e internacional, assim como a conversão de pescadores para outras áreas de actividades. De facto, parece pouco provável que a ECRP II ambicione o desenvolvimento da pesca nacional, como o potencial motor do crescimento económico, fugindo assim da ETE de 2003. Neste contexto, se de um lado o EDIC escusa de fazer recomendações que resultam no desperdício de recursos, desviando-se assim dos princípios de precaução, do outro lado fará um esforço especial para manter pelo menos algumas actividades, viáveis, de pesca em Cabo Verde, particularmente a luz do impacto deste sector sobre a pobreza e o género.

54. **A ZEE e os acordos de pesca.** Cabo Verde tem vários acordos de pesca com instituições internacionais e também com a UE, o Japão e vários países Africanos, sendo o mais rentável com a UE. Com os países Africanos, os acordos são essencialmente de reciprocidade, isto é, concedem a cada signatário, o direito de pescar livremente em águas de qualquer uma das partes ao acordo. A exploração sustentável, local e estrangeira, dos recursos piscatórios na vasta ZEE de Cabo Verde não é possível sem um programa de *Monitoring, Control and Surveillance (MCS)* efectivo. Dado o elevado custo do MCS, não constitui surpresa

¹⁴ Baseia-se em documentos de Gert van Stender e Kim A. Stobberup, Banco Mundial, *Fisheries Sector Strategy Assessment*, de Julho de 2005

¹⁵ Segundo estimativas, desde 1978 este sector beneficiou, em média, de USD 7.5 milhões de ajuda externa por ano, o que representa mais do que o valor das capturas efectivas.

que Cabo Verde tenha uma modesta capacidade de vigilância da sua vasta ZEE. Têm sido envidados esforços para melhorar a capacidade nacional de fiscalização das esquadilhas pesqueiras estrangeiras, através do sistema *Vessel Monitoring Systems* (VMS) existente.

55. **Centro Regional de Pesca.** Diferente dos esforços envidados no desenvolvimento do sector nacional de pescas, a ideia de promover Cabo Verde como um centro pesqueiro regional não é novidade. De facto, o investimento em infra-estruturas terrestres de pescas (portos, rampas, lugares de aterragem, fabricas de gelo, câmaras frigorificas, armazéns de frios) excede as estimativas anteriores e as necessidades actuais. Por exemplo, o Complexo Interbase, na cidade de Mindelo, foi construído no início dos anos 80, com a esperança de servir a frota internacional do Atlântico da pesca do atum, contudo, a procura deste tipo de serviços não se fez sentir, deixando as infra-estruturas num grande estado de subutilização. O complexo continua a ser o centro local da frota pesqueira industrial da região e de enlatamento. Ao contrário das outras ilhas tais como Seychelles e *American Samoa*, onde estão situados os maiores centros mundiais de enlatamento do atum por multinacionais, as infra-estruturas de processamento/transformação do peixe de Cabo Verde, actualmente limitam-se em poucas fábricas de pequeno porte, a braços com a fraca oferta de matérias-primas no mercado local e problemas de controlo de qualidade. O Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR), criado em 1984 como Centro Nacional de Treinamento, administra aulas práticas na área das pescas e actividades navais. Isto representa um activo potencial no apoio ao desenvolvimento do centro piscatório ou da indústria marítima em geral.

56. O desenvolvimento de um centro piscatório regional depende crucialmente da presença de frotas pesqueiras internacionais nas imediações, que por sua vez dependem da abundância de peixe. Neste âmbito, existe uma incerteza sobre o potencial do centro. Segundo inquéritos levados a cabo pela Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico (ICCAT), o arquipélago de Cabo Verde parece estar fora ou na zona limítrofe das áreas mais ricas em peixe, na costa nordeste do continente Africano e do Equador, tanto no que diz respeito a pesca em espinel/*industrial longline fishery* como a pesca com rede de cerco com retenida/*purse seining*. É possível que a quota-parte de Cabo Verde, de 25,000 toneladas no quadro da ICCAT seja uma sobrestimação.

57. **Outras actividades ligadas ao mar.** A documentação do Fórum ETS 2003 faz referência ao registo de navios e dum “parque temático de pesquisa” como potenciais actividades ligadas ao mar. Todavia, não parece ter havido um seguimento nesta área. Existe também uma relação directa entre as actividades piscatórias supracitadas e a plataforma internacional/*hub* de transporte marítimo prevista no ponto VI.3 abaixo, e também com o turismo (e.g. yachting, aquários, desportos aquáticos, e um possível parque marinho na baía de Murdeira).

58. **Questões-chave e implicações para o EDIC**

- O EDIC procurará proporcionar uma avaliação realista dum sector baseado em actividades marinhas, levando em conta estudos recentes e em consulta com os responsáveis políticos nacionais. Para a pesca nacional, algumas melhorias no *design* dos barcos e a redução de custos operacionais poderão tornar alguns segmentos do sector mais viáveis. A aquacultura também poderá ser tida em consideração. Para o centro regional de pescas, o EDIC tomará em consideração a concorrência na região, incluindo as ilhas Canárias, assim como as conclusões de um estudo recente do *Millenium Challenge account (MCA)*, levado a cabo pela agência Americana *United States Agency for International Development (USAID)*.

IV.3. O CONCEITO DE PORTA DE ENTRADA/ *GATEWAY*, HUBS, TRANSPORTE MARÍTIMO DE PASSAGEIROS E CARGA, REEXPORTAÇÕES.

59. Existe uma grande vontade política no que diz respeito ao desenvolvimento do conceito de “porta de entrada/*gateway*.” O Primeiro-ministro tem sublinhando muitas vezes que Cabo Verde sempre foi a porta de entrada para as Américas, a África e a Europa e também que “O país quer dar uma grande contribuição ao desenvolvimento do corredor Atlântico, dando a classe empresarial, as condições necessárias para a utilização de Cabo Verde como plataforma para os continentes.” Efectivamente, o valor bruto das reexportações, constituídas principalmente de combustível para o abastecimento de aeronaves e navios, tem sido superior ao das exportações domésticas (Tabela 1). Todavia, relatórios recentes levantam dúvidas consideráveis quanto a viabilidade económica desta estratégia.

60. **Transporte aéreo.** O aeroporto da ilha do Sal desempenhou um papel histórico no transporte aéreo. Desde 2006, o aeroporto da praia também tem podido receber navios de grande porte. Um novo aeroporto, na ilha da Boavista, acaba de ser construído e espera a certificação. O aeroporto do Mindelo, em São Vicente foi renovado. A agência de aeroportos e de navegação aérea (ASA), responsável pelo controlo do tráfico aéreo, tem a responsabilidade da administração da informação de voos da região/*Flight Information Region (FIR)* do Sal, que se encontra no cruzamento de algumas das principais rotas aéreas internacionais.

61. Existe uma ligação entre os modos aéreos e marítimos, de formas que existe potencial para a indústria de navios de cruzeiros utilizar Cabo Verde como um ponto de embarque e desembarque de passageiros. A Companhia Aérea Cabo-verdiana, Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV), é uma empresa pública em fase preparatória de privatização. Além de garantir os voos domésticos, também assegura ligações internacionais para a Europa, América do Norte (Boston), América do Sul (Fortaleza) e vários outros destinos na África do Oeste. A TACV obteve os certificados *Extend Twin-Engine Operations (ETOPs)*, abrindo o caminho para outros destinos na América (EUA). A ideia de fazer de Cabo Verde numa plataforma aérea internacional/*hub* sofreu um retrocesso em 2006 quando a companhia Sul-Africana, *South African Airways (SAA)*, que tinha durante muito tempo o Sal como uma plataforma internacional/*hub*, reduziu drasticamente as suas actividades.

62. **Transportes Marítimos.** O porto de águas profundas do Mindelo, na ilha de São Vicente teve um papel importante no abastecimento dos veleiros comerciais intercontinentais (*intercontinental trade sailing boats*), tornando-se mais tarde num importante depósito de carvão/*a major coal bunkering station* e depois numa estação de combustível para barcos a motor. Com o tempo, São Vicente perdeu grande parte deste comércio em benefício do porto de Dakar. Por vezes, navios de cruzeiros atracam no porto de São Vicente, mas por enquanto a ilha não possui lugares de interesse turístico. São Vicente mantém uma importante função comercial para todas as ilhas devido as suas instalações portuárias, geridas pela Empresa Nacional de Administração de Portos (ENAPOR). Foi construída uma zona industrial em Mindelo, mas as instalações estão subutilizadas. Mindelo alberga também um importante estaleiro naval, CABNAVE. Existem ainda três outros estaleiros navais menos importantes. A Praia é um porto secundário que requer um quebra-mar/*wave breaker* como protecção de maneiras a que se mantenha operacional durante todo o ano. Se a capacidade actual for insuficiente, está planificado para São Vicente um novo terminal com uma capacidade para 300.000

comentores por ano, com a possibilidade de se aumentar para 1.000.000 de comentores por ano. Quanto a plataforma internacional/hub de transporte marítimo, muito depende da atitude do grupo Maersk, principal actor do sector em Cabo Verde e na região ocidental do continente, assim como da decisão da China em escolher ou não Cabo Verde como um dos 6 entrepostos em África para o comércio Chinês com o continente.¹⁶

63. Elementos-chave e implicações para o EDIC

- O EDIC passará em revista as perspectivas, oportunidades e os constrangimentos com relação ao “sector” porta de entrada/hub/transbordo, no âmbito aéreo e marítimo, considerando a concorrência a luz dos estudos de mercado e viabilidade mais recentes.

IV.4. SERVIÇOS *OFFSHORE*, IT E *BUSINESS PROCESSING OUTSOURCING*.

64. Uma das áreas de prioridade do Governo, expressa na ETE e no *Concept Paper*, é fomentar a subcontratação/externalização ou *outsourcing* de tecnologias de informação (IT) e os serviços financeiros *offshore*. O desenvolvimento deste sector depende crucialmente das telecomunicações e Cabo Verde tem prestado uma atenção especial nesta área. Foi criada uma Comissão Inter-Ministerial para a Inovação e Sociedade de Informação, cuja estrutura operacional, Núcleo Operacional da Sociedade de Informação (NOSi) foi inaugurada em 2004. O NOSi opera como catalisador de tecnologias de informação e laboratório de criação de programas informáticos (*software*). O Programa Estratégico para a Sociedade de Informação (PESI) e o Plano de Acção para a Governação Electrónica (PAGE) estão em fase de implementação. A Casa do Cidadão, que tem com objectivo tornar os serviços electrónicos acessíveis ao maior número de pessoas, é uma iniciativa interessante. As IT beneficiam duma forte liderança do Primeiro-ministro e as instituições as elas ligadas subordinam-se directamente ao gabinete do PM.

65. A cobertura da telefonia móvel em Cabo Verde é significativamente superior a média da África Sub-Saariana. Em 1996 a Cabo Verde Telecom (CVT) foi privatizada e a Portugal Telecom Internacional (PTI) obteve 40 por cento do capital próprio. Foram concedidos, a nova companhia, direitos de exclusividades para a maior parte dos serviços prestados por um período de 25 anos. Todavia, o Governo prevê renegociar o contrato de concessão com a PTI e acabar com o monopólio da Cabo Verde Telecom, num esforço conducente a uma maior liberalização do sector. No final de 2007, Cabo Verde decidiu autorizar uma segunda operadora nacional (T+), para fornecer serviços de telefonia móvel, internet e televisão por cabo. A CVT vai manter o monopólio sobre as linhas fixas até 2010. Espera-se que estas reformas do sector traduzam-se numa redução das tarifas e na melhoria dos serviços prestados. Paralelamente, está em discussão uma parceria estratégica com a Microsoft e foi assinado um acordo comercial em Maio de 2007 com HUAWEI, uma multinacional chinesa, permitindo o desenvolvimento das tecnologias de Voz sobre IP e videoconferências.

66. Cabo Verde focaliza-se nos serviços financeiros a algum tempo, por eles representarem potencialmente um sector indutor de desenvolvimento. O número de instituições financeiras internacionais operando em Cabo Verde passou de 4 em Dezembro de 2005 a 13 em Dezembro de 2006, das quais 10 são bancos. Existiam ainda 7 instituições financeiras servindo o mercado doméstico, das quais 3 bancos. Um outro assunto que está sendo tratado é o de manter uma vigilância rigorosa para que o sector de serviços financeiros

¹⁶ As ilhas Maurícias e a Zâmbia já foram seleccionadas.

offshore de Cabo Verde não sirva de plataforma para o branqueamento de dinheiro para actividades ilícitas ou o financiamento de actividades terroristas.¹⁷

67. Fora do modesto início dos serviços financeiros *offshore*, Cabo Verde não parece engajado de forma proactiva, na promoção do BPO ou do *Information Technology Enabled Services (ITES)*.

68. Elementos-chave e implicações para o EDIC

- O EDIC examinará a forma como Cabo Verde pode entrar neste vasto mercado do *offshore Business Process Outsourcing*,¹⁸ em expansão, tanto no que concerne as funções de *back office* (facturação, compras, folha de salários/massa salarial) como as de *front office outsourcing* (serviço a clientela, tais como marketing ou assistência técnica, por exemplo através de centros de chamadas/*call centres*). O mercado lusófono deve ser particularmente explorado. Os constrangimentos existentes devem ser identificados, inclusive os níveis de capacidade tecnológica e linguística, e medidas para ultrapassá-los devem ser propostas.

IV.5. A DIÁSPORA, AS REMESSAS E O TRABALHO NO ESTRANGEIRO.

69. Os Cabo-verdianos que vivem ou trabalham no exterior, ou ainda aqueles envolvidos em imigração circular¹⁹ desempenham um papel vital na vida económica e social do país, inclusive no alívio da pobreza nas zonas rurais. Este aspecto é reconhecido em Cabo Verde, um dos poucos países em que a diáspora está representada no Parlamento e onde existe um ministério a ela dedicada “Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e das Comunidades.” O papel dos emigrantes Cabo-verdianos no processo de desenvolvimento foi sublinhado nas conclusões do Fórum de Transformação de Cabo Verde, em 2003, que estabelece como ponto número um, que a ETE “deve priorizar... Uma política de emigração que reforce os laços com a comunidade emigrante...” O assunto também consta da agenda do diálogo entre Cabo Verde e os seus parceiros de desenvolvimento, abordado com mais detalhes no parágrafo [9. (d)] da Declaração do GAT, de Junho de 2007. O assunto também tem beneficiado de muita atenção da comunidade internacional. Todavia, é surpreendente que nem o ECRP, nem a Documento de Conceptualização do ECRP II abordem esta dimensão.

70. Há vários aspectos distintos a este respeito:

- O fluxo das remessas dos emigrantes, que representa 11 por cento do PIB (Tabela 1). Cabo Verde dedica uma atenção considerável em manter os laços com as comunidades.
- Os depósitos dos migrantes, que representam mais de 40 por cento do total dos

¹⁷ Embora a CIA tenha feito uma breve constatação que “A ausência de um sistema financeiro bem desenvolvido constitui um limite na utilização do país como centro de branqueamento de dinheiro” (*CIA Fact book*, actualizado em 12 de Agosto de 2007), a utilização crescente do território Cabo-verdiano para o tráfico ilícito justifica a preocupação do Governo sobre uma possível infiltração de grupos criminosos no tecido económico do arquipélago, com vista o branqueamento de dinheiro e tirar vantagens das oportunidades que as remessas e o crescente turismo oferecem.

¹⁸ A indústria mundial de BPO estima-se em cerca de USD 150 bilhões em 2007, com a maior parte em « onshore ». Porém, os avanços tecnológicos tornam possível, cada vez mais, a re-localização para *near-shore* ou *offshore*. O mercado BPO *offshore* que representava USD 3 bilhões em 2004 estima-se a USD 24 bilhões em 2007. (Fontes: CNNMoney.com; Gartner.com).

¹⁹ Define-se como o movimento de migrantes das suas terras de origem ao estrangeiro e vice-versa, por razões de trabalho. Consulte, por exemplo “*Circular Migration: the way forward in global policy?*” Steven Vertovec, *International Migration Institute, Oxford, Working paper 4, 2007*.

depósitos bancários. O Governo e o BCV estão particularmente atentos²⁰ a gestão deste importante recurso. Trata-se de depósitos e não fluxos, geradores de juros e podem ser retirados (como já aconteceu no passado). A sua administração apresenta de certa forma, um problema diferente das transferências não-restituíveis de que se constituem grande parte das remessas.

- O uso do potencial financeiro, humano e da rede de contactos dos retornados/regressados (*returnees*). (isto foi especialmente sublinhado na Declaração do GAT, em Junho de 2007).
- Nova emigração, migração circular e Cabo-verdianos trabalhando no estrangeiro. De facto, apesar do dinamismo extraordinário do sector turístico e os renovados esforços para tornar a economia mais competitiva, o desemprego continua elevado e poderá levar um certo tempo para baixar a níveis de um dígito. Como afirma o *Concept Paper*, “é bastante provável que haverá pessoas que ficaram para trás. Quer dizer, pessoas que serão incapazes de participar no período inicial do crescimento económico.” Assim, não é surpreendente que, seguindo uma tradição ancestral, muitos Cabo-verdianos continuem a preferir trabalhar no exterior, pelo menos por algum tempo, e conseguem encontrar oportunidades, com o apoio da vasta rede da diáspora. (e na base da sua boa reputação de imigrante desejável)²¹.

Em termos de migração, o caso de Cabo Verde, embora exemplar não é um caso único. Trabalhar no estrangeiro é muitas vezes um assunto, política e economicamente, controverso, mas de modo geral é reconhecido mundialmente que a “migração pode ser útil na redução da pobreza.”²² Ao mesmo tempo, “o velho paradigma do estabelecimento permanente do migrante vai dando lugar progressivamente a uma migração temporária e circular,” por conseguinte há “necessidade de compreender as oportunidades de desenvolvimento que estas mudanças importantes nas tendências de migração oferecem aos países de origem.”²³ Até o momento, as autoridades Cabo-verdianas parecem tomar uma atitude de *Laissez-faire*, passiva (ou neutra) em relação ao assunto e não parece ter havido uma política proactiva, nem esforços concertados para tirar proveito das oportunidades da migração circular ou do trabalho temporário, de acordo com o Modo IV do GATS.

Uma outra questão ligada a migração prende-se com um fenómeno relativamente recente de emigração com destino ou passando por Cabo Verde. Para além do problema dos “vistos vencidos” de cidadãos de países da CEDEAO, o país tornou-se ligado recentemente ao tráfico clandestino entre a costa ocidental Africana e as Canárias. Alguns navios foram interceptados nas ilhas Cabo-verdianas, ao mesmo tempo que Cabo Verde não dispõe de meios eficazes para patrulhar as suas costas e águas territoriais.

71. Elementos-chave e implicações para o EDIC

O EDIC, tratando da inserção de Cabo Verde na economia internacional, deve necessariamente abordar questões ligadas aos Cabo-verdianos no estrangeiro. O EDIC deve examinar a melhor forma de utilizar os Cabo-verdianos no estrangeiro para a realização da agenda de transformação. Isto inclui a definição políticas, no que diz respeito ao potencial

²⁰ Sobre o inquérito consulte Isabella Karpowicz, *Determinants of Emigrants Deposits in Cape Verde*, IMF Working Paper 06/132, 2006

²¹ Documentado em Jorgen Carling, *Emigration, Return and Development in Cape Verde, Population, Space and Place*, 10, 113-132 (2004)

²² Para mais exemplos consulte, *House of Commons, International Development Committee, “Migration and Development: How to make migration work for poverty reduction”*. London: The stationary Office, 2004.

²³ Relatório da Comissão Global sobre a Migração Internacional (GCIM), Geneva, 2005, p.31.

financeiro, humano e em termos de rede/network, dos retornados (ambos os temporários e os permanentes).

Outras questões a serem tratadas incluem:

- Optimizar o fluxo das remessas dos emigrantes, reduzir os custos de transferência nos pontos de partida e melhorar a segurança das transacções.
- A gestão e utilização dos depósitos bancários dos migrantes. Entre os esquemas a considerar está a emissão de obrigações públicas (obrigações emitidas por entidades de direito público) de longo prazo e transaccionáveis na bolsa de valores.
- Políticas de migração, migração circular e trabalho temporário no estrangeiro de acordo com o Modo IV do GATS. A abordagem de uma política global de migração, (que devesse incluir uma política de imigração visando atrair pessoal com qualificações específicas para permitir o desenvolvimento do turismo e controlar *entrants/inputs* indesejáveis), transcende os limites do EDIC. Todavia, o EDIC poderá examinar possíveis medidas e políticas com objectivo de proporcionar emprego condigno no estrangeiro para uma parte da força de trabalho, pelo menos por um período transitório, enquanto o ETE ganha raiz. O EDIC poderá também propor medidas para organizar e facilitar a partida daqueles que aspiram encontrar emprego no exterior (por exemplo, em prestar cuidado/*care-providers*, grupos musicais, pessoal de bordo de aeronaves, barcos de pesca, navios de cruzeiro ou *yachts*). Podem ser considerados acordos de migração circular com os países da UE, que possuem um défice de mão-de-obra, ou com Angola,²⁴ que supostamente carece de pessoal qualificado em certas áreas que Cabo Verde poderá fornecer. Tais políticas podem incluir a facilitação do trabalho temporário ou periódico no estrangeiro, de acordo com o Modo IV do GATs da OMC, mas também para a reinserção dos regressados/returnees que podem dinamizar a economia.

IV.6. A AGRICULTURA E A INDÚSTRIA?

72. Os sectores da agricultura e indústria não constam das prioridades no quadro da ECRP. O Documento de Conceptualização para a ECRP II nem menciona as palavras “agricultura”, “indústria” ou “produção industrial.” De facto, vistos os constrangimentos destes sectores, não é realista esperar que eles sejam os motores do processo de desenvolvimento e alcancem grandes níveis de competitividade internacional, com excepção de alguns poucos mercados *niche*. Contudo, sabendo que Cabo Verde é e continuará a ser uma economia de serviços, deve-se mencionar de certo modo, a agricultura, a economia rural e a indústria, cujos potenciais de contribuição para a redução da pobreza podem ser importantes.

73. **Agricultura e a economia rural.** A produção primária representa 11 por cento do PIB de Cabo Verde. Esta percentagem vai provavelmente continuar a decair. A auto-suficiência em cereais nunca foi tomada em consideração. Todavia, cerca de 50 por cento da população dedica-se, pelo menos a tempo parcial, em actividades de agricultura. Até mesmo algumas famílias nos centros urbanos fazem um pouco de agricultura (lavarar), ou criação de gado/animais. Uma das pequenas estórias de sucesso/*success stories* de Cabo Verde dos últimos 15 anos foi a introdução da irrigação gota a gota que levou a auto-suficiência em legumes e principalmente em fruta, disponíveis todo o ano. A ECRP II vai certamente dar nova ênfase

²⁴ Em Outubro de 2007, foi noticiado que Angola concedeu a Cabo Verde, 7,200 hectares de terra na Província do Kwanza Sul, para que este arquipélago pudesse investir em projectos agrícolas.

no aumento da capacidade dos mais vulneráveis e da população rural para que sejam capazes de participar efectivamente nesta economia moderna que emerge em Cabo Verde.

74. **Questões-chave sobre a agricultura e implicações para o EDIC**

- O EDIC não dedicará uma grande atenção a agricultura, nem ao sector de processamento de produtos agrícolas/*agro-processing*, embora alguma referência a agricultura será feita enquanto sector fornecedor do mercado urbano/turístico em plena expansão.
- O EDIC poderá também examinar as poucas actividades baseadas em agricultura que pudessem encontrar um mercado *niche* além-fronteiras (e.g. grogue-aguardente).²⁵

75. **Indústria**²⁶. O sector da indústria de Cabo Verde representa cerca de 5 por cento do PIB.²⁷ A maior parte do empresariado é de pequena-escala, o subsector da madeira por exemplo, conta com 132 empresas e 587 trabalhadores (INE, Inquérito Industrial 2002). Este sector está estagnado e mal posicionado para tirar proveito do novo contexto tecnológico.

76. Dado o custo dos factores de produção, nomeadamente, a energia e água, a falta de disponibilidades de matérias-primas/*inputs* local, a existência dum mercado local pequeno e fragmentado, e a falta de tradição industrial em Cabo Verde, a “produção industrial” não é, de modo geral, um sector promissor. Contudo, a indústria cria alguns empregos bastante necessários e existem algumas empresas modernas que contribuem para as exportações. Trata-se de um subsector alimentar, incluindo a transformação/processamento do peixe (83 empresas, 1019 trabalhadores), o subsector do coiro (7 empresas, 250-300 trabalhadores) e o subsector têxtil/roupas (8 empresas, 700-800 trabalhadores). Até mesmo as grandes empresas não souberam ainda tirar proveito dos acordos preferenciais de Lomé/Cotonou com a UE. Embora já tenha sido feito o uso dos acordos preferenciais AGOA, as exportações para os EUA registaram uma queda drástico em 2006, presumivelmente devido a problemas em atingir os requisitos rigorosos daquele mercado. (BCV, Relatório Anual 2007, p.29)

77. **Elementos-chave e implicações para o EDIC**

Embora não será uma prioridade do EDIC elaborar um programa ambicioso para o sector da indústria, serão feitos esforços no sentido de encontrar formas concretas assim como meios para apoiar o sector industrial em termos de estruturas, competências e *Start-ups* locais já existentes. As áreas em termos específicos poderão incluir;

- Preparar o sector de transformação de produtos alimentares de pequena-escala para responder a crescente demanda/procura do sector turístico;
- Apoiar os actuais exportadores (produtos pesqueiro, coiro, têxtil) a melhorar e a diferenciar os seus produtos. Em particular, as razões do colapso das exportações no quadro da AGOA serão abordadas. Será dada uma atenção especial aos padrões SPS e técnicos.
- Promover Cabo Verde como localização para uma indústria ligeira, de baixo uso-

²⁵ Para os produtos tradicionais, a concorrência internacional no mercado da banana e extremamente forte de formas que Cabo Verde não terá vantagens de competitividade. Poderá haver um mercado *gourmet* para o café e o vinho.

²⁶ Baseia-se no relatório do Banco Mundial, *Industrial Sector Strategy*, Maio 2006, Relatório Anual 2006 do BCV

²⁷ Nos dados estatísticos do PIB, a Indústria está associada com o sector da energia, o que indica que juntos contribuíram 7 por cento do PIB em 2006 (Relatório Anual do BCV, 2006, Quadro 8).

intensivo de energia e de água (linhas de montagem, maquinadores, artes, artesanatos, joalharia, etc. ...) respondendo aos pedidos/encomendas de canais de distribuição internacionais, que possam levar a cabo o treino e controlo de qualidade;

- Promover a “indústria” da música. Esta é uma actividade intangível, parte serviço, parte tecnologia e parte indústria, intimamente ligada ao turismo de que Cabo Verde poderá aproveitar usando da notoriedade internacional de muitos dos seus artistas.²⁸

O EDIC abordará também o impacto sobre o emprego nestes sectores.

V. QUESTÕES TRANSVERSAIS E OBSTÁCULOS NO ALCANCE DA COMPETITIVIDADE

78. Como acima referido, o objectivo de “inserir Cabo Verde na divisão internacional do trabalho” foi declarado a mais de 20 anos. De certa forma, Cabo Verde sempre participou de maneira bastante efectiva na divisão internacional do trabalho, através dos Cabo-verdianos que encontram, com sucesso, emprego no exterior. Todavia, com relação as actividades em Cabo Verde, além da notável excepção do turismo que se vem desenvolvendo a apenas alguns anos, o sucesso nesta área tem sido bastante limitado. A maior parte dos obstáculos e constrangimentos existentes que ainda impedem o alcance da competitividade estão do lado da oferta (*supply side-constraints*). Alguns deles sendo específico a um sector particular, serão tratados quando for examinado o sector em questão. Os outros são de carís transversal.

79. **Rigidez Institucional.** Os dirigentes Cabo-verdianos reconhecem que, como em muitos outros países, o obstáculo de fundo para a transformação económica tão desejada para o país e a sua integração na economia global é “a maneira antiga de fazer as coisas.”²⁹ Por exemplo, muitos programas de privatização, assim como algumas reformas, em princípio formalmente acordados foram posteriormente adiados. Uma das deficiências, ao contrário de muitos outros países em vias de desenvolvimento, é facto que existem muito poucas companhias multinacionais a operarem em Cabo Verde. Isto quer dizer que, as empresas Cabo-verdianas –a maioria das quais muito pequenas- e os seus dirigentes não têm sido, de forma geral, expostos aos mais modernos métodos de gestão e novas tecnologias, assim como a cultura empresarial que muitas multinacionais trazem consigo. Nem tão pouco, as instituições governamentais têm sido suficientemente expostas as práticas de concorrência comercial mais modernas.

80. **Custos de fazer negócio, custos de factores de produção e ambiente de investimento.** Alguns constrangimentos a competitividade em Cabo Verde são inevitáveis, como sejam: a descontinuidade territorial, a falta de recursos naturais, de terra arável, e a irregularidade das chuvas.

81. Os outros constrangimentos são mais apropriados a intervenções. Cabo Verde ocupa uma posição muito baixa na classificação (132 dum total de 178 países) do relatório de 2008 sobre o custo de fazer negócios, *ranking of Cost of Doing Business*³⁰. A avaliação recente do clima

²⁸ A Jamaica exporta mais música que açúcar. Um país industrializado como a Grande Bretania exporta mais música que ferro.

²⁹ Enquanto delineava os objectivos de transformação para o país, o Primeiro-ministro disse “Isto implica muitas mudanças profundas na maneira como pensamos e agimos. Precisamos de quebrar com muitos paradigmas mentais e organizacionais. Precisamos de reconsiderar muitos aspectos da nossa vida. Precisamos de criar, inovar, ousar e empreender.”

³⁰ World Bank, *Doing Business 2008*. (www.doingbusiness.org)

de investimentos levada a cabo por uma equipa do Banco Mundial³¹ identifica muitos obstáculos, ou perceptíveis obstáculos, a criação de uma economia competitiva, tais como:

- Custo e a regularidade do fornecimento de energia eléctrica;³²
- Abastecimento de água;³³
- Custo da mão-de-obra, legislação e flexibilidade do trabalho;
- Impostos, tarifas aduaneiras;
- Telecomunicações;
- Disponibilidade e custo de financiamento;
- Qualificação e treino do pessoal/quadros;
- Rendimento dos portos e serviços aduaneiros;
- “O peso dos regulamentos”;
- A concorrência do sector informal;

82. Pode-se sempre acrescentar fraquezas/debilidades como no nível do sistema de ensino ou na ausência duma política de inovação. É sentimento de muitos, particularmente no contexto do recente APE com a UE, que a falta de convergência/harmonização com as normas do mercado Europeu, nas áreas de padrões SPS, técnicos e tecnológicos, tem sido um obstáculo importante a competitividade no mercado da UE e na atracção de investimentos.

83. **Questões-chave e implicações para o EDIC**

- O EDIC vai rever os obstáculos e constrangimentos no alcance da competitividade e propor medidas para ultrapassá-los.
- Não seria apropriado o EDIC abordar a questão da “rigidez institucional” da economia no seu todo. Porém, para cada sector e questão analisada, serão feitas recomendações (por exemplo, através de treino) que tornem a cultura empresarial, os métodos de governação e as estruturas de propriedade/*ownership structures* das instituições envolvidas, assim como o estado-de-espírito/*mind-sets* da direcção e dos trabalhadores/*staff* em concordância com o alcance da competitividade internacional em busca dos objectivos de desenvolvimento nacional.
- Para os outros obstáculos técnicos e institucionais a competitividade, ao comércio e a atractividade do investimento, o EDIC vai reavaliá-los com algum detalhe a luz do Exame do Clima de Investimento e outros relatórios, e propor medidas para colmatá-los, tanto para as questões trans-sectoriais como aquelas específicas a um sector. A assistência técnica, tal como o uso de Mecanismo para Elaboracao das Normas e Desenvolvimento do Comercio/*Standards and Trade Development Facilities (STDF)* serão propostas, no intuito de Cabo Verde alcançar a médio prazo a metade superior do ranking de competitividade.

V.1. O EDIC E A REDUÇÃO DA POBREZA

84. Como já foi referido na introdução, o EDIC recomendará estratégias e medidas que facilitem um crescimento económico numa base produtiva alargada e em prol do pobre, que se traduz num aumento do salário e na criação de emprego, produzindo efeitos induzidos/*spillover effects*. Ao mesmo tempo, o fio condutor do EDIC é a ideia de capacitar o

³¹ World Bank, « Cape Verde Investment Climate Assessment », 2006. Esta avaliação aplica os padrões, em termos de metodologia, utilizados internacionalmente e focalize essencialmente sobre “produtos industriais”.

³² O custo da energia elétrica é duas vezes maior que em Portugal.

³³ As fábricas de desalinação representam cerca de 75 por cento da produção. Por exemplo em Sal, a água das fábricas de desalinação são canalizadas para os hotéis e transportadas por camiões sisternas para quase todas as outras áreas. O preço por metro cúbico ronda entre USD 375/metro cúbico para uso industrial e USD 1000 para a distribuição domiciliária.

pobre a participar de forma efectiva nas actividades económicas. O EDIC procurará analisar os efeitos da expansão comercial e as reformas institucionais sobre o rendimento, o emprego e a pobreza, tendo em conta as diferenças em termos de ocupação, género e região. As relações entre os sistemas de protecção social serão examinadas.

V.2. A IMPLEMENTAÇÃO DO QI

85. Cabo Verde beneficia de muitas estratégias, enquadramentos/*frameworks*, avaliações, planos de acção, programas, etc... Todos eles concorrem entre si, em termos de prioridade de atenção, de modo que a gestão deste portefólio representa uma pressão acrescida ao já limitado número de decisores e responsáveis de nível médio do país. O EDIC abordará a questão das modalidades de implementação do QI, em concordância com os princípios da Declaração de Paris. O programa a ser adoptado vai necessariamente requerer administração e controlo das autoridades Cabo-verdianas. Contudo, envidar-se-ão esforços para garantir que este programa seja adaptado a ‘capacidade de absorção’ do país e que não venha desnecessariamente complicar ainda mais, o trabalho dos planificadores, implementadores e avaliadores já sobrecarregados. Neste contexto, o EDIC fará uma proposta de prioridades e poderá ver-se obrigado a limitar o seu raio de acção a capacidade administrativa nacional. Em certos casos, a informação limitada ou mudança no contexto geopolítico poderão levar o EDIC a propor estudos adicionais antes de recomendar acções concretas. Para facilitar a tomada de decisão, na medida do possível, o EDIC vai incluir os custos e um calendário de aplicação. Também recomendará instituições competentes para a implementação e doadores potenciais.

V.3. ANEXOS A NOTA DE OBSERVAÇÃO

V.3.1. Organização Institucional do QI

Ponto Focal Nacional

- Sr. Jorge Borges, Adjunto do Ministro da Economia, Crescimento and Competitividade (Jorge.Borge@govl.gov.cv)
- Sr. Jerson Fernandes Semedo, Director Geral, (Jerson.Semedo@govl.gov.cv)
- A Direcção Geral do Comercio no seio do Ministério da Economia (MECC) servira de “Centro Constitucional”.

Comité Directivo Nacional/Steering Committee

- Direcção Geral do Plano/Ministério das Finanças (MFAP);
- Direcção Geral para a Cooperação Internacional, Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Ministério da Infra-estruturas, Transporte e Mar (MITM)
- Plataforma de ONGs
- Câmaras de Comércio
- Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade (MECC)

EDIC Team Leader/Chefe de Equipa

Philippe Hein (email: philhein@orange.fr)

Telefone 00230 263 3244 (até Março 2008)

Contactos na Agência Principal: UNDP

A. Escritorios de Genebra

- Sr. David Luke, Trade Adviser and Coordinator, Trade and Human Development Unit (david.luke@undp.org);
- Sr. Luca Monge Roffarello, Trade Policy Specialist, Trade and Human Development Unit (luca.monge.roffarello@undp.org);

B. Escritórios de Cabo Verde

- Patricia de Mowbray, Resident Coordinator (patricia.de.mowbray@cv.jo.un.org)
- Jeanne Gouba, Deputy Resident Coordinator (jeanne.gouba@cv.jo.un.org)
- Idrissa Sanoussi, Economist (sanoussi.idrissa@cv.jo.un.org)

C. Escritório Regional de Dakar

- Cristina Hernandez : Regional Trade advisor (cristina.hernandez@undp.org)

V.3.2 Esboço de Calendário para o EDIC em Cabo Verde

Prevê-se o Calendário (revisto) tentativo seguinte:

Setembro 2007: Missão Preliminar

Outubro 2007: Team Leader submete o esboço da Nota de Observação em Inglês (15 de Outubro, revisto em 1-2 de Novembro), a versão Portuguesa disponível (em 30 de Outubro).

22 de Novembro: O Ministério da Economia designa o ponto focal para o QI.

28 de Novembro: Nova Nota de Observação posta a circular nas agências do QI.

14 de Dezembro: Receberam-se os comentários das agências do QI sobre a Nota de Observação.

Dezembro 2007/Janeiro 2008: Prepararam-se os Termos de Referencia para os consultores do EDIC e estes últimos foram identificados.

Fevereiro 2008: Finalizam-se os contractos dos consultores.

Marco/Abril 2008: Missão do EDIC

Marco/Junho 2008: Esboço 00 do EDIC, incluindo a Matriz de Acções Prioritárias.

Julho 2008: Versão Portuguesa tornada disponível.

Julho/Agosto 2008: Formulação do programa Tier I e a sua aprovação pelo Director Executivo do QI em Genebra.

Julho/Agosto 2008: Governo comenta sobre o esboço do EDIC.

Agosto/Setembro 2008: O esboço 00 do EDIC incluindo os comentários do governo torna-se disponível.

Setembro 2008: Últimos comentários das agências do QI sobre a versão revista do EDIC.

Outubro 2008: Ateliê/Workshop nacional de validação. Validação da Matriz de Acções Prioritárias e o governo endossa formalmente o documento.

Novembro 2008: Formulação do programa *Tier II* e a sua aprovação pelo Comite de Coordenacao Nacional/ National Steering Committee.

Dezembro 2008: Aprovação da categoria *Tier II* pelo Conselho do QI em Genebra.

Janeiro 2009: Implementação dos programas *Tier I e II* (prevê-se um periodo inicial de 5 anos).